

**HABEAS CORPUS Nº 550.974 - SP (2019/0368384-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DANIELA SINGER CARNEIRO DE ALBUQUERQUE  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RONAN CARDOSO DO NASCIMENTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RONAN CARDOSO DO NASCIMENTO no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0098356-84.2017.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, como incurso no art. 157, § 4º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, à pena de 1 ano, 9 meses e 23 dias de reclusão, em regime inicial fechado (e-STJ fls. 12/18).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 20):

*APELAÇÃO CRIMINAL. Furto qualificado tentado. Escalada. Sentença condenatória. Defesa objetiva a fixação da pena-base no mínimo legal; a compensação entre a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência e, por fim, a fixação de regime inicial semiaberto. Impossibilidade. Materialidade e autoria cabalmente demonstradas. Réu confesso e preso em flagrante, na posse da res. Qualificadora devidamente demonstrada. Basilar acima do mínimo legal bem fundamentada. Comprovada reincidência. Agravante da reincidência é circunstância preponderante, razão pela qual impossível operar a compensação. Crime consumado, que deixo de considerar, ante a ausência de recurso ministerial nesse sentido. Princípio do non reformatio in pejus. Regime fechado mantido. Presença da reincidência impede a imposição de regime inicial mais brando. Inviável a concessão de benefícios. Sentença mantida. Recurso improvido.*

Na presente impetração, a defesa assere que, "[...] diante da presença de duas circunstâncias subjetivas, ou seja, a reincidência e confissão espontânea, é de

*rigor a compensação integral entre elas, em estrita observância ao princípio da individualização da pena, pois a não consideração da circunstância atenuante acaba por igualar situações desiguais, bem como se desprezam circunstâncias que deveriam influir beneficentemente na pena em favor do réu" (e-STJ fl. 5).*

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 32/34.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem (STJ fl. 64).

É o relatório.

Razão assiste à defesa.

No que tange à segunda etapa da dosimetria da pena, o acórdão vergastado afastou a compensação sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 24/26):

*Aqui, a combativa defesa do réu almeja a compensação integral da reincidência com a confissão espontânea.*

*Sem razão novamente.*

*A certidão constante nas fls. 137/138, de forma clara e precisa, constata a presença de condenação anterior, cujo trânsito em julgado para a defesa ocorreu em data anterior aos fatos do presente processo. Logo, nítida comprovação de que o réu ostenta reincidência.*

*Ademais, anoto que esta C. 9ª Câmara Criminal tem firmado entendimento no sentido de que a reincidência é circunstância preponderante às atenuantes, nos termos do artigo 67 do Código Penal.*

*Tal preponderância é extraída da própria exegese do artigo 67 do Código Penal, que dispõe que “No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência”.*

[...]

*Assim, mantenho a majoração operada pelo Juízo de piso, não compensando, portando, a atenuante da confissão com a agravante da reincidência.*

Todavia, segundo entendimento desta Corte, a teor do enunciado de

# *Superior Tribunal de Justiça*

sua Súmula n. 545, "*quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal*".

Dessarte, a confissão espontânea deve ser compensada com o instituto da reincidência de forma ampla, específica ou não, conforme se extrai dos seguintes julgados:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. COMPENSAÇÃO CONFISSÃO E REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

[...]

*II - A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do habeas corpus n. 365.963/SP, em 11/10/2017, firmou a compreensão da "possibilidade de se compensar a confissão com o gênero reincidência, irradiando seus efeitos para ambas espécies (genérica e específica), ressalvados os casos de multirreincidência".*

[...]

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício. (HC 527.517/SP, relator Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, Desembargador convocado do TJPE, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 20/11/2019, grifei.)*

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO SIMPLES. DOSIMETRIA. CONFISSÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE. SÚMULA 545/STJ. COMPENSAÇÃO COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. ÚNICA CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO DE AUMENTO. MOTIVAÇÃO CONCRETA. REGIME INICIAL FECHADO. REINCIDÊNCIA E QUANTUM DE PENA APLICADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DETRAÇÃO. MATÉRIA NÃO ENFRENTADA NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

[...]

*V - Na hipótese, não obstante seja o paciente reincidente específico, entendo que podem ser compensadas a agravante da reincidência (específica) com a atenuante da confissão espontânea, mormente se considerada a ausência de qualquer ressalva no entendimento firmado por ocasião do julgamento do recurso especial repetitivo sobre o tema.*

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

*Ordem concedida de ofício para reconhecer a atenuante da confissão espontânea e compensá-la com a agravante da reincidência, redimensionando a pena do paciente para 6 (seis) anos, 4 (quatro) meses e 19 (dezenove) dias de reclusão, mantidos os demais termos da condenação. (HC 365.963/SP, relator Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/2017, DJe 23/11/2017.)*

Passo, então, à readequação da sanção, mantendo os parâmetros adotados na origem.

Na primeira fase, mantenho a pena-base em **2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão**.

Na segunda etapa, **compenso** a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, permanecendo inalterada a reprimenda.

Na fase derradeira, mantenho a causa de diminuição na fração de 1/3, em razão do *conatus*, razão pela qual fixo a pena definitiva em **1 (um) ano, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**.

Ante o exposto, **concedo a ordem de *habeas corpus*, a fim de compensar integralmente** a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, na segunda fase da dosimetria, readequando a **pena definitiva para 1 (um) ano, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, mantidos os demais termos do acórdão estadual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator